

Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

LEI Nº 1.921, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.

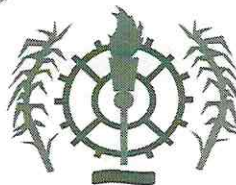
EMENTA: “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MERENDA EM CASA NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Largo/AL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, nos termos dispostos nesta Lei, o Programa Merenda em Casa, que disciplinará a continuidade de fornecimento dos *kits* merenda nas unidades de ensino da rede municipal.

Art. 2º Além de o aluno estar inserido na rede municipal de ensino, como previsto no artigo anterior, aquele, junto de seus responsáveis, deverá se enquadrar nas demais condições:

- I – Os pais, e na falta destes, os responsáveis, deverão participar da educação escolar de seus filhos, ou tutelados;
 - II – Sempre que houver mudança de situações fáticas, como alteração de residência e/ou telefone, os pais deverão manter os bancos de dados das unidades de ensino atualizados;
 - III – O aluno deverá manter assídua frequência em aulas, respeitado o limite de 25% de faltas;
 - IV – Aluno e seus responsáveis deverão participar de eventos pedagógicos;
 - V – O aluno deverá manter média igual ou superior a 60% da nota geral.
 - VI – O aluno deverá ser participativo e assíduo nas atividades escolares, ficando os professores encarregados de elaborar relatório mensal da participação do referido estudante, para fins de continuidade de fornecimento da merenda em sua respectiva residência.
- §1º - A participação escolar engloba reuniões e eventos pedagógicos.
- §2º - Sobre os eventos referidos nos incisos I e IV, o Município ficará encarregado de publicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, informações acerca do que irá ocorrer, como local e horário, a fim de que os pais ou responsáveis possam planejar o comparecimento.
- §3º - Os responsáveis poderão se ausentar dos eventos citados nos incisos I e IV mediante justificativa prévia, em até 5 (cinco) dias da data prevista para acontecer o evento, sob pena de suspensão do fornecimento de alimentos em sua residência.
- §4º - Caso o aluno se desligue da instituição de ensino na qual estava matriculado, não participando mais do período letivo ou residindo em município diverso, o gestor da unidade de ensino deverá comunicar a Secretaria Municipal de Educação, a fim de que o fornecimento da merenda seja suspenso.



Rio Largo

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO**

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

§5º Na hipótese de o aluno ser desligado da escola na qual estava matriculado, sob nenhum pretexto de mudança de domicílio para outro município, o gestor da escola deverá comunicar a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar para providências.

§6º Além da suspensão do fornecimento de merenda, o Conselho Tutelar será notificado para que adote as medidas, conforme inciso VIII, do art. 12 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Art. 3º A entrega do kit merenda será feita na unidade de ensino em que o aluno está matriculado, com datas e horários a serem disciplinados da maneira que a unidade de ensino estabelecer.

Art. 4º O *kit* merenda será repassado aos responsáveis dos alunos cadastrados, em mãos, ficando o responsável pela entrega encarregado de comprovar o repasse da seguinte forma:

I – Colher a assinatura do responsável, ou, na impossibilidade de o tê-la, colher a assinatura a rogo;

II – Assinar, juntamente com o receptor, documento hábil que comprove o repasse, indicando o dia e o horário da entrega.

Art. 5º Em situações atípicas, que mereçam substancial excepcionalidade, a merenda, objeto desta Lei, será entregue diretamente na residência do aluno.

Art. 6º Será de acesso público a relação dos beneficiários que farão jus à merenda, inclusive daqueles que se enquadrarem em situações excepcionais.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará:

I – O modo pelo qual aqueles que tiverem o benefício suspenso ou cancelados poderão justificar o gravame no qual incorreu;

II – A forma pela qual os pais ou responsáveis poderão voltar a ser beneficiários do Programa;

III – Condições diversas das estipuladas no art. 2º, desde que não onere pais ou responsáveis;

IV – As normas de suspensão do benefício;

V – A logística de transporte em relação aos alunos que se enquadrarem em situação de excepcionalidade;

VI – A maneira pela qual os eventos mencionados no § 1º do art. 2º serão publicados, nas condições estabelecidas no §2º do art. 2º desta Lei;

VII – O que não dispuser esta Lei ou seja contrário a ela, seguindo parâmetros de conveniência e oportunidade.

Art. 8º A composição do *kit* merenda objeto do Programa Merenda em Casa será elaborada pela Coordenação de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo.



Rio Largo

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

Av. Presidente Fernando Afonso Collor de Mello, S/nº, Conj. Bandeirantes
Bairro Prefeito Antônio Lins de Souza - Rio Largo/AL – CEP 57.100.000
Fone: (82) 3261-5430 - CNPJ: 12.200.168/0001-20

Art. 9º A fonte de recursos que custeará a aquisição da merenda será a fonte – 0010 (Recursos Próprios SEMED), considerando que o recurso será feito por repasse do Município de Rio Largo.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo sua vigência limitada a 1º de novembro de 2023.

Rio Largo/AL, 06 de dezembro de 2021.

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA

Prefeito de Rio Largo/AL